

2. DOIS PASSEIOS PELO BOSQUE DA TEORIA

2.1. *Gênero: um conceito plural*

Já se foi a época em que afirmativas como “menino brinca de bola e menina, de boneca”, “homem que é homem não chora”, “lugar de mulher é atrás do fogão”, dentre outras, impunham a homens e mulheres papéis sociais delimitados. Como bem destaca o sociólogo espanhol Manuel Castells (2000), a força de trabalho feminina remunerada abalou a legitimidade da dominação masculina, com o homem enquanto provedor da família, base do patriarcalismo. Por conta dessa e de outras significativas mudanças no panorama mundial, os posicionamentos sociais de homens e mulheres também sofreram alterações.

Em função da condição histórica de submissão feminina, vários movimentos de mulheres existiram ao longo do tempo, mas sem uma efetiva organização até o século XX. Como as idéias feministas já se faziam presentes, ainda que de forma desestruturada, convém investigar por que somente no século passado esse movimento ganhou tanta força e projeção mundial.

Castells, no quarto capítulo do livro *O poder da identidade – volume II* (2000, p. 171-172), analisa detalhadamente os fatores determinantes da estruturação dos grupos feministas. O sociólogo aponta a combinação de quatro elementos como motivação para emergência do movimento feminista:

- 1) mudanças na economia e no mercado de trabalho associadas ao ingresso feminino no campo da educação;
- 2) avanços médicos e tecnológicos favoreceram o controle sobre gravidez e reprodução humana;
- 3) herança ideológica dos movimentos sociais da década de 60, sobretudo quanto ao questionamento da heterossexualidade como norma;

- 4) cultura globalizada promove a intercomunicação de vozes femininas de várias partes do mundo, além da divulgação dos ideais feministas.

Diante desse cenário e com as transformações da economia e do mercado de trabalho, as mulheres se lançaram como mão-de-obra e garantiram poder de barganha também em casa, por contribuírem no sustento familiar. O controle da gravidez e os avanços nos estudos sobre a reprodução humana estão deixando suas marcas num novo perfil familiar, em que a mulher não fica obrigatoriamente atrelada a afazeres domésticos e trato dos filhos.

Segundo Castells (2000), o movimento feminista irrompeu primeiro nos Estados Unidos no final dos anos 60. No início da década de 70, o movimento se espalha pela Europa e irradia-se, nas duas décadas seguintes, para o resto do mundo. Já a pesquisadora Guacira Lopes Louro (2003) enquadra o início do feminismo como movimento social organizado, em termos de Ocidente, já no século XIX. Segundo a autora, as lutas pelo direito de voto para as mulheres, na virada do século XIX para o XX, caracterizariam a “primeira onda” do feminismo. Sob os ecos do sufragismo da “primeira onda”, a “segunda onda” do movimento se desdobraria no final da década de 60, mais preocupada com construções propriamente teóricas.

Questões cronológicas à parte, a atitude questionadora e a contestação em relação a qualquer tipo de autoridade de forma sistemática são, de fato, reflexos da revolução de costumes dos anos 60, como destaca Linda Hutcheon em *Poética do pós-modernismo* (1991):

Uma contestação da autoridade (masculina, institucional), uma aceitação do poder como base da política sexual, uma crença na função do contexto sociocultural na produção e na recepção da arte. Todas essas contestações tornariam a se evidenciar como sendo as bases dos paradoxos do pós-modernismo no futuro imediato. (p. 91)

No que diz respeito à força contestatória do movimento feminista, é patente a multiplicidade de perfis assumidos por conta dos contextos socioculturais em que se desenvolve. É justamente por se constituírem numa rede flexível e diversificada que os ideais feministas resistiram. Considerando o percurso histórico do movimento, é possível

compreender, então, a multiplicidade de vertentes que o feminismo assumiu, constituindo-se de forma polifônica e multifacetada.

Pode-se dizer que o movimento de mulheres ganhou força para se estruturar não apenas em passeatas e protestos, mas também através de publicações de jornais, revistas e livros. Nos anos 30, Margaret Mead teve uma significativa influência sobre as teorias de gênero e da sexualidade. Ao publicar *Sexo e temperamento* (1935), a antropóloga americana sistematizou o ponto de partida da construção cultural de gênero, ao considerar que homens e mulheres são entidades diferentes influenciadas pelas sociedades. Mead afirmava, assim, que ser homem ou mulher era uma construção social e não apenas uma herança biológica, estando na cultura a causa principal das variações das identidades de gênero.

Seguindo esse processo de estruturação, destacam-se mais dois nomes de relevo que influenciaram como articuladores das idéias feministas por intermédio da palavra escrita. São considerados atualmente como clássicos dos estudos da mulher *O segundo sexo* – 1949 (Europa), da francesa Simone de Beauvoir e *A mística feminina* – 1963 (Estados Unidos), da americana Betty Friedan. Ambas as escritoras defenderam os postulados do que viria a ser o movimento feminista, fortalecendo e dando corpo a iniciativas que só encontrariam ecos na América Latina a partir da década de 70.

As raízes do feminismo brasileiro datam do final do século XIX ligadas ao movimento sufragista e às reivindicações por direito à educação e ao divórcio. Os reflexos desses empreendimentos começam a ganhar forma no início do século XX, sob a égide do preconceito. Conforme registra Muraro (2002), o preconceito contra os movimentos organizados de mulheres começou a mudar no Brasil através da conquista do sufrágio: “até então, as feministas eram vistas como lésbicas, prostitutas, chamadas de feias, mal-amadas, solteironas, etc., embora muitas tivessem maridos e filhos” (p. 190).

Nesse cenário, destacam-se algumas ações importantes como a garantia de voto para mulheres em 1934, com participação ativa da paulista Berta Lutz, e a nomeação da primeira deputada do Brasil, Carlota Pereira de Queirós, que participou da Assembléia Constituinte de 1934. Desde então, a representatividade de mulheres em todas as áreas vem crescendo e o preconceito diminuindo, mas o ritmo dessas transformações ainda é muito lento.

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), muitas mulheres se organizaram, independentemente de partidos políticos, idade ou classe social, para formar uma militância contra o regime. Assim, o movimento feminista que se engajou na luta contra a ditadura, posteriormente, participa da redemocratização social, nos anos 80. Essa mesma década também foi importante para outro campo de atuação das feministas: as universidades. Começaram a ser desenvolvidas pesquisas que favoreceram uma maior visibilidade para mulheres no mundo acadêmico.

Coincidência ou não, no período ditatorial, muitos autores brasileiros encontraram na literatura infantil o espaço para expor seus questionamentos e protestos contra a política de repressão imposta pelo governo. Tudo isso só foi possível porque a literatura infantil sempre foi considerada um gênero “menor”, sem maiores perigos, “coisa de mulher” e, portanto, não era alvo do olhar incisivo dos censores.

Feito esse breve percurso histórico, resgata-se a idéia de que a emergência do conceito de gênero, no início dos anos 80, está intimamente ligada à evolução do movimento feminista. A projeção dos estudos de gênero acontece exatamente num momento de mudança de perspectiva, como ressalta Muraro (2002):

Elas [as mulheres] começam a entrar em massa no sistema produtivo durante a década de 1960. E nos anos 80, após terem fracassado em imitar o homem, adotam uma nova estratégia: trazer a lógica feminina para dentro da lógica masculina. E ambas as lógicas começam a mostrar o que realmente são. (p. 197)

Explorada inicialmente pela Antropologia nos Estados Unidos, a categoria de gênero foi usada com o objetivo de evidenciar a discriminação sofrida por mulheres em todos os

níveis: econômico, político, social, etc. Num primeiro momento, o interesse fundamental estava voltado para a condição da mulher na sociedade ocidental: sua submissão, a violência que sofria, o contexto cultural que favorecia tal situação. Dessa forma, o masculino e, principalmente, as interações entre os dois gêneros não eram tão enfatizados. Esse quadro, contudo, não deve ser entendido como uma negligência deliberada, uma vez que a situação das mulheres precisava ser mapeada.

Posteriormente, os estudos feministas passaram a questionar as bases da filosofia platônica e cartesiana, pautadas na objetividade. Dessa forma, o movimento favoreceu a emergência de uma nova perspectiva epistemológica de ver a realidade, em que a subjetividade e o irracional (características tidas como “naturalmente” femininas) modificam a própria natureza das ciências. Com o incremento dos “estudos sobre as mulheres”, foram mais enfatizadas as inter-relações entre os gêneros, especialmente no campo da Psicologia Social. Paulatinamente, também na Economia, no Direito, na Política se começou a considerar o aspecto inter-relacional das identidades masculina e feminina.

Então, pode-se entender, em termos gerais, que gênero é uma categoria analítica utilizada nas ciências humanas e sociais que se refere à organização social das interações entre os sexos. Na verdade, gênero é uma noção que informa sobre a normatização acerca da feminilidade e da masculinidade, ressaltando o aspecto relacional e dialético dessas identidades.

A palavra “gênero” é polissêmica e constitui-se de várias acepções nos dicionários de referência, estando ligada a áreas como geometria, estudos lingüísticos, biologia, dentre outras². Neste trabalho, tomar-se-á como parâmetro gênero enquanto categoria ligada à construção do masculino e do feminino num sentido cultural que implica uma condição social.

² O *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 1999) registra para o verbete “gênero” onze acepções e dedica a sétima ao viés adotado nesta abordagem, ligada aos estudos antropológicos.

Demonstra-se essa condição social através de diferenças de papéis ou funções atribuídos a mulheres e homens numa dada sociedade. Não se deve, entretanto, confundir papéis sociais com a categoria de gênero, ainda que estejam relacionados entre si. Gênero é um dos componentes de que se constitui a identidade dos sujeitos, estabelecendo relações com outros elementos identitários como a classe social, a etnia, a cultura, a religião, dentre outros. No que diz respeito aos papéis sociais, destaca Louro (2003) que

seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modo de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (p. 24)

A categoria de gênero, *gender* em inglês, foi introduzida com uso distinto de *sex* (sexo), a partir dos anos 80, pelas feministas anglo-saxãs. Tal distinção se deve ao desejo de enfatizar o caráter fundamentalmente social das diferenças baseadas na divisão dos sexos. Essa categoria possui, em relação aos papéis sociais, um caráter mais específico, na medida que são princípios gendrados nos sujeitos os responsáveis por delimitar a aceitação ou rejeição desses “padrões ou regras arbitrárias”. Sendo assim, o gênero é criado pelos indivíduos e nos indivíduos, mediado pelas práticas discursivas, e estando sujeito às pressões que exercem os papéis socialmente esperados em cada comunidade e época.

Portanto, partindo do pressuposto de que a diferença comportamental entre os sexos e as características ditas masculinas ou femininas são constructos sociais, pode-se avançar nas discussões. Ao contrário do que se acredita comumente, alguém ter nascido “macho” ou “fêmea” da espécie humana não implica necessariamente ser homem ou mulher. Conforme sistematizou Nolasco (2001): “Homem e mulher, masculino e feminino são aspectos distintos do ser” (p. 151).

Por ser uma construção social e ligar-se às identidades culturais, gênero encontra-se em freqüente processo de des-re-construção sob influência de cada sociedade e época.

Enquanto um dos elementos constitutivos da identidade das pessoas, a categoria de gênero também está sendo reformulada frente à chamada “crise de identidade” na pós-modernidade.

É importante ressaltar que a identidade é constituída por diversos fatores como a linguagem, o corpo biológico, a história, a cultura, as interações com o outro, as representações sociais, o gênero, os sistemas simbólicos, entre outros. Todos esses fatores vão influenciar, em maior ou menor intensidade, no desenvolvimento da identidade de cada pessoa, notando que todos estão interagindo entre si e que a cultura é o pano de fundo desse processo.

A sociedade pós-moderna está passando por um período de transição que gera, como consequência, muitas possibilidades e incertezas. Para que se compreenda melhor o perfil atual de sujeito, fragmentado e descentrado, é importante resgatar a distinção proposta por Stuart Hall³ (2005) quanto aos três tipos básicos de identidade: iluminista, sociológica e pós-moderna.

O sujeito iluminista possuía uma identidade única, ele era “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 2005, p. 10). Acreditava-se que a identidade do sujeito iluminista era única e sempre a mesma, sendo desenvolvida desde seu nascimento até sua idade adulta. É importante notar que a identidade iluminista estava fortemente associada ao masculino. Para o estudioso dos estudos culturais, destacam-se duas contribuições para a criação do sujeito iluminista. A primeira delas foi a famosa afirmação de René Descartes: “penso, logo existo”, base do sujeito conhecido como cartesiano, “racional, pensante e consciente” (HALL, 2005, p. 29). A segunda contribuição foi dada por John Locke, ao definir a identidade como sendo única e contínua na vida de um indivíduo.

³ Jamaicano radicado na Inglaterra, é nome de destaque nos chamados estudos culturais.

O segundo tipo de identidade, a do sujeito sociológico, era definida pela relação com outras pessoas, “que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos — a cultura — dos mundos que ele/ela habitava” (HALL, 2005, p. 11). Dessa forma, a identidade sociológica se baseava na busca de uma estabilização entre o interior e o exterior, o mundo pessoal e o mundo público.

Essa concepção surgiu devido às mudanças geradas pela industrialização e pelo aumento da complexidade das cidades. A biologia darwiniana foi um dos fatores que propiciou a constituição do sujeito sociológico. Outro ponto relevante foi o surgimento das ciências sociais, fazendo com que diferentes áreas se especializassem no estudo de partes do sujeito.

Ao contrário da identidade iluminista, que era baseada no princípio de imutabilidade, a concepção sociológica indica a construção da identidade por meio da interação da sociedade com o sujeito. Embora se oponham entre si, tanto a concepção de sujeito iluminista quanto a de sujeito sociológico se fundamentam em identidades únicas e predizíveis.

Imerso numa sociedade em transição, marcada pela globalização, pelo desenvolvimento tecnológico, pela emergência de novos meios de comunicação e transporte, o sujeito pós-moderno busca se ajustar. Frente a esse quadro profundas mudanças, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2005, p. 7).

Essa fragmentação do sujeito pós-moderno se deve, principalmente, ao abalo no quadro de referências das sociedades modernas. Sem essa ancoragem estável, os indivíduos se compõem por inúmeras identidades que não são mais fixas ou permanentes e, por vezes, nem coerentes. A identidade pós-moderna, segundo alguns autores, está em crise exatamente por oferecer inúmeras possibilidades de ser. Como as questões de gênero estão presentes em todos

os tipos de relações humanas, elas também são afetadas pela “crise de identidade” da pós-modernidade ou modernidade tardia.

Nos últimos anos, as idéias de Michel Foucault e Jacques Derrida têm influenciado sobremaneira a discussão sobre os gêneros, principalmente porque localizam a linguagem, o corpo e o “conhecimento científico” como instâncias de poder. Partindo desses pressupostos, os estudos de gênero ampliam seu campo de atuação e ultrapassam os limites iniciais da Sociologia e da Antropologia.

Por conta disso, os estudos de gênero ampliam-se e passam a abarcar também as formas de construção social, cultural e lingüística que produzam e reflitam papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Portanto, gênero se torna campo de interesse para várias áreas de estudo, porque se articula com outras marcas sociais, como classe, etnia, sexualidade, religião para formar sujeitos femininos e masculinos.

A contemporaneidade investe sobremaneira em produzir conhecimento, com o desenvolvimento de pesquisas em universidades e outras instituições de referência científica, com o objetivo de compreender e explicar a invisibilidade atribuída historicamente às mulheres. Nesse sentido, formam-se, nacional e internacionalmente, grupos de estudo sobre as questões de gênero e a produção de teorizações sobre o assunto está em ascensão.

O entrecruzamento de estudos de gênero e literatura, principalmente em torno das questões relativas à mulher, favorece o surgimento de um profícuo campo de pesquisas. No que diz respeito aos estudos de textos de autoria feminina, cresce a importância de se considerar a influência do contexto social notadamente repressor em relação às mulheres. Assim, como atestam as palavras da pesquisadora Elódia Xavier, a perspectiva social dos gêneros enriquece as análises literárias:

A abordagem interdisciplinar de qualquer objeto de estudo acrescenta novas dimensões a seu conhecimento. No caso de textos produzidos por mulheres, o recurso às Ciências Sociais, como subsídio teórico, aponta para aspectos até então negligenciados. (XAVIER, 1998, p. 13)

No caso do Brasil, a aproximação dessas duas áreas vem-se consolidando de forma mais significativa desde meados dos anos 80. Nesse contexto, a criação, em 1986, do grupo de trabalho “A mulher na literatura”, ligado à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística - ANPOLL, demonstra a consolidação desse campo de estudos nas universidades brasileiras.

Algumas dessas pesquisas revelam que os indivíduos são ensinados, desde cedo, a ocupar “seus” lugares sociais, muitas vezes por práticas que passam despercebidas por terem sido culturalmente “naturalizadas”. Com perguntas sobre coisas óbvias e aparentemente banais, Louro (2003) destaca a possibilidade de questionar todas as “certezas” em que se apóia o pensamento humano, inclusive o chamado científico. Essa perspectiva de que tudo é provisório e construído social e culturalmente está em consonância com as tendências pós-modernas.

No que tange à conceituação de gênero, adotar-se-á nesta abordagem a proposta de que os sujeitos estão num processo plural e conflituoso em que a cultura influencia na construção de homens e mulheres. Por conta disso, não se pode desconsiderar que o recorte proposto neste estudo privilegia textos de autoria feminina. No caso específico de Ana Maria Machado, à mão escritora soma-se o olhar crítico que recai freqüentemente sobre o próprio fazer literário. Dessa mistura, advém a consciência de que a literatura carece de personagens femininas fortes pintadas por escritoras, como atestam as palavras de Ana Maria Machado:

Até mesmo porque tradicionalmente os homens ocuparam os espaços, também na literatura, a mulher leitora se forma por meio de um processo completamente diferente do homem leitor. Ou seja, cresce lendo uma quantidade enorme de livros escritos por homens e não por mulheres, tendo mais possibilidades de compreender a alma masculina graças ao poder da literatura de fazer a gente se botar no lugar do outro. Por um lado, isso empobrece um pouco as mulheres, negando-lhes modelos femininos fortes e verdadeiros, vistos de dentro. [...] Mas, por outro lado, isso amplia muito os horizontes da mulher leitora em relação ao homem, porque ela passa a conhecê-lo melhor do que ele a ela. (MACHADO *apud* BASTOS, 1995, p. 64-65)

A partir desse ponto de vista, nota-se que a obra de Ana Maria Machado está repleta de modelos femininos que assumem a própria voz. Frente a essas figuras decididas e seus comportamentos, algumas personagens masculinas mostram-se despreparadas e, muitas vezes, desconsertadas. Sendo assim, a influência dessas representações de feminino e masculino em literatura lida por crianças merece atenção especial.

2.2. *Literatura e infância: “do mundo da leitura para a leitura do mundo”⁴*

No encontro com qualquer forma de arte (re-presente-ação da realidade), os seres humanos têm a oportunidade de ampliar, transformar e enriquecer sua própria experiência de vida. Dentre as manifestações artísticas, a literatura ocupa um papel de destaque, porque tem como matéria-prima a palavra. É exatamente a palavra que garante especificidade ao humano, por ser o veículo de elaboração e sistematização do pensamento.

No ensaio “A literatura contra o efêmero” (2001), o escritor e crítico italiano Umberto Eco lança luzes sobre as funções da arte da palavra, um bem imaterial. Em seu percurso, reafirma que a literatura, em princípio, “não serve para nada mas uma visão tão crua do prazer literário corre o risco de igualar a literatura ao jogging ou às palavras cruzadas” (p. 12). A gratuidade da arte da palavra, entretanto, não é tão simples como aparenta, por extrapolar finalidades meramente informativas e de fruição. Ainda acrescenta Eco que “os grandes livros contribuíram para formar o mundo” (p. 12). Assim, essa especial forma de arte convida o leitor ao exercício da imaginação e da recriação de significados, de modo que se possam estabelecer novas relações entre as pessoas e o mundo, intermediadas pela palavra.

Conceituar literatura instiga teóricos e críticos desde a Antigüidade greco-latina. Pode-se dizer que Aristóteles, com o conceito de mimese (do grego *mímesis* – imitação), destacou-

⁴ Parte do título atribuído a esta seção é uma homenagem a Marisa Lajolo, autora do livro *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*, em que trata com muita propriedade da influência da literatura na formação de cidadãos.

se nos estudos acerca do assunto. A partir desse princípio, enfatizou-se o viés cognitivo da literatura, uma vez que se entendia arte como recriação da realidade.

Nessa linha, séculos depois, o crítico e professor de teoria cultural da Universidade de Oxford, Terry Eagleton, detém-se na mesma questão. Num livro de referência na área de estudos literários, *Teoria da literatura: uma introdução*, o crítico dedica toda a parte inicial da obra a um percurso histórico sobre os conceitos atribuídos à literatura. Para o enfoque deste trabalho, interessa o fechamento do capítulo, transcrito a seguir:

Portanto, o que descobrimos até agora não é apenas que a literatura não existe da mesma maneira que os insetos, e que os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais. Eles se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros. (EAGLETON, 2001, p. 22)

Nesta leitura, cumpre destacar a relação estabelecida por Eagleton entre literatura, ideologia e poder. Esse trinômio enfatiza a importância da literatura, sobretudo no que diz respeito à construção de valores que uma sociedade vai adotar como parâmetro, num determinado momento histórico.

Já nas primeiras décadas do século XX, os estudos lingüísticos do teórico soviético Mikhail Bakhtin indicaram a falta de inocência dos discursos. Se as palavras, em estado de dicionário, apresentam certa neutralidade, contextualizadas passam a expandir valores, conceitos e preconceitos. Essa teoria está alicerçada no fato de as palavras estarem comprometidas, voluntária ou involuntariamente, com determinado ponto de vista.

Bakhtin destaca ainda que discursos centrados num só ponto de vista dominante, marcados ideologicamente, contaminam os demais discursos e ameaçam a polifonia de vozes. Nesse sentido, pode-se perceber como o fato de a sociedade patriarcal privilegiar o discurso masculino em detrimento do feminino, muitas vezes silencioso ou silenciado, corrobora para que os valores do grupo dominante sejam repassados subliminarmente.

No que diz respeito à história das artes e das culturas, a literatura, na modalidade oral e na escrita, foi um dos principais veículos de transmissão de valores através das gerações. Como fios enredados em meio à malha metafórica dos textos literários, fatores históricos, antropológicos, culturais, étnicos, econômicos, políticos e muitos outros desenham intenções de grupos dominantes.

Cada sistema de dominação cria uma gama de discursos que o sustentem e justifiquem. Através da palavra, as instituições de poder encontram mecanismos para se manterem sem o uso da força, já que o poder não é necessariamente um espaço que se ocupa, mas principalmente uma relação que se cria. Dessa forma, a palavra amplia a relação de poder na medida em que funciona como instrumento ideológico para a obtenção de apoio, adesão, submissão.

Os rituais públicos de queima de livros, freqüentes na Idade Média com a Inquisição e em governos totalitários como o de Hitler, representam simbolicamente essa tentativa de controlar pela palavra. Ainda hoje, em nome de princípios ditos religiosos, mas muitas vezes de fundamentação política, há obras condenadas ao fogo pela força das palavras que encerram. Por tratar de questões ligadas ao radicalismo islâmico, o livro *O Choque das Civilizações e a Reconstrução da Ordem Mundial* (1997) do professor de Relações Internacionais na Universidade de Harvard, Samuel P. Huntington, foi proibido em vários países. Ganhou maior divulgação da mídia internacional o caso do indiano Salman Rushdie⁵ que, em 1989, teve decretada pelo aiatolá Khomeini, através de uma *fatwa* (ditame jurídico religioso), sua sentença de morte, sob alegação de blasfêmia contra o islamismo no livro *Os versos satânicos*.

Essas queimas, censuras e proibições de livros simbolizam, por conseguinte, um controle verbal que vem sendo imposto a determinadas vozes no percurso da história do saber.

⁵ Apesar da sentença, Rushdie fugiu, continuou a escrever e, atualmente, é um dos mais lidos autores de língua inglesa.

Essa vigilância também se evidencia na construção dos mitos contemporâneos como a busca de fama e eterna juventude, vinculados pela mídia. Tais mitos são patrocinados pelo sistema burguês, na ânsia de sugerir (e controlar) não apenas o teor ideológico do discurso, mas também o modo como as pessoas o proferem.

A emergência da sociedade burguesa está intimamente relacionada com o surgimento do conceito de infância e, principalmente, com o uso dos livros para incutir os princípios capitalistas nos futuros trabalhadores. É a partir do século XVIII que a criança passa a ser considerada um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pelo que deveria distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, preparativo para a vida adulta.

Dessa forma, a emergência de uma faceta da literatura especificamente direcionada para crianças cumpriu uma finalidade pedagógica, já que as histórias eram elaboradas para se converterem em instrumento de divulgação dos ideais burgueses. Nessa perspectiva, principalmente para as crianças, a literatura foi vista como uma porta aberta para dar forma e divulgar valores, isto é, formar uma consciência de mundo, como enfatiza a crítica literária Nelly Novaes Coelho:

a verdadeira evolução de um povo se faz ao *nível da mente*, ao nível da consciência de mundo que cada um vai assimilando desde a infância. [...] o caminho essencial para se chegar a esse nível é a palavra. Ou melhor, é a literatura — verdadeiro microcosmo da vida real, transfigurada em arte. (2000, p. 15)

Nessa mesma linha, o pensador e crítico alemão Walter Benjamin, com olhar lúcido e ouvidos atentos às relações entre memória, discurso e imaginário, problematiza a domesticação das consciências embutida à infância. Assim, ao tratar do imaginário infantil, destaca que a criança, a partir de sua visão da realidade, forma seu próprio mundo, inserido no mundo maior dos adultos. A esse respeito, o ensaísta de “Rua de mão única” indica a importância do ato de criação no que diz respeito à literatura dedicada às crianças.

Dever-se-ia ter sempre em vista as normas desse pequeno mundo quando se deseja criar premeditadamente para crianças e não se prefere deixar que a própria atividade — com tudo aquilo que é nela requisito e instrumento — encontre por si mesma o caminho até elas. (BENJAMIN, 2002, p. 104).

Se por um lado o poder da palavra foi colocado a serviço de governos e religiões, a literatura também foi empregada como forma de manifestar alguma forma de resistência política ou ideológica. Prova disso são os ativistas da Revolução Francesa (1789) que se empenharam numa ampla campanha de alfabetização para que todo cidadão tivesse acesso à leitura. Não só através de manifestos, mas também a partir de textos literários, os ideais revolucionários do movimento eram difundidos juntamente com o surgimento do Romantismo europeu. De qualquer maneira, a história está repleta de exemplos equivalentes em que a resistência também se valeu não só de armas, mas principalmente de livros.

No caso do Brasil, especificamente, pode-se destacar como alguns participantes do movimento da Inconfidência Mineira atuavam também em âmbito literário. Ao longo do tempo, foram vários os autores brasileiros que levantaram a bandeira de escrever a história literária nacional para inaugurar um novo país. Tudo isso sem considerar a mobilização de todas as artes contra as restrições políticas e sociais impostas pela ditadura no país.

A literatura brasileira, nesse período, foi alvo de violenta censura e repressão por parte dos militares. A fim de buscar alternativas para não se calar, alguns escritores investiram em textos para crianças, pouco visados pelos censores. Dessa forma, eram denunciados, através de textos dirigidos ao público infantil, os abusos de poder e a realidade político-social do país. Ana Maria Machado, na coletânea de artigos *Texturas* (2001), registra bem esse momento do qual foi partícipe:

por incrível que pareça, os militares não deram a menor importância aos livros para criança. [...] E acabou ocorrendo algo inesperado: foi justamente a partir do AI-5 que houve o chamado *boom* da literatura infantil brasileira. (MACHADO, 2001b, p. 81, grifo da autora)

Antes mesmo da repressão militar, um outro nome se destaca no cenário da literatura brasileira por se dedicar ao público infantil: Monteiro Lobato. Decepcionado pelas frustradas

investidas para o crescimento nacional e, principalmente, pela prisão devido a suas idéias sobre o petróleo⁶, o escritor investiu nos brasileiros do futuro com uma nova proposta de literatura dedicada à infância. Fazendo o maravilhoso fundir-se com a realidade, o criador de Jeca Tatu levou às crianças o conhecimento da tradição, acervo social herdado, que lhes caberia transformar e também questionar.

Com efeito, uma contribuição lobatiana para a literatura brasileira está em não subestimar a capacidade de entendimento das crianças frente à realidade. Assim, o idealizador do Sítio assumiu uma posição ativa em relação ao quadro social e colocou-se a serviço de mostrar o mundo ao público infantil. Tal posicionamento estético e ideológico é expresso pelo filósofo e escritor francês Jean-Paul Sartre no livro *Que é a literatura?*, de 1948:

o escritor decidiu desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto a nu, a sua inteira responsabilidade. [...] a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele. (SARTRE, 1989, p. 21)

Nesse livro em que se discute sobre quem escreve e para quem se escreve, Sartre aponta um papel engajado por parte do escritor, sugerindo justamente o posicionamento assumido por Lobato. Manifestada sobretudo através das contundentes perguntas de Emília, a idéia de questionamento de valores por parte de todos, inclusive das crianças, é introduzida no cenário da literatura feita para a infância no Brasil.

Nessa mesma perspectiva, num livro de referência para os estudos de literatura para crianças e jovens *Literatura infantil: teoria, análise, didática* (2000), Coelho enfatiza o potencial da arte da palavra como agente de transformações da mentalidade:

É no sentido dessa transformação necessária e essencial (cujo processo começou no início do século XX e agora chega, sem dúvida, às etapas finais e decisivas) que vemos na literatura infantil o agente ideal para a formação da nova mentalidade que se faz urgente. (COELHO, 2000, p. 16)

⁶ Tais idéias foram expressas no livro *A luta pelo petróleo* (1935) e no famoso artigo “O Escândalo do Petróleo” (1936)

Para felicidade do mercado editorial e dos leitores, muitos escritores de qualidade se destacaram com títulos para o público infantil, porque resolveram investir na formação de uma nova mentalidade. De fato, nesse cenário, são muitos os nomes que anunciam a influência lobatiana como Ruth Rocha, Lygia Bojunga, Ziraldo, e, dentre outros, a autora escolhida para este trabalho. A esse respeito, Ana Maria Machado reflete:

Somos um país que teve Monteiro Lobato, então um bando de gente que cresceu lendo e vivendo o universo lobatiano foi virando gente grande e começou a mostrar as marcas disso — justamente essa capacidade de não se isolar a fantasia do real. (MACHADO *apud* BASTOS, 1995, p. 51)

Longe da pretensão de empreender um levantamento biográfico, passa-se brevemente por alguns pontos relevantes da vida de Ana Maria Machado. A escritora carioca nasceu em 1942 no morro de Santa Teresa e cresceu nas areias de Ipanema. As férias de infância junto com os primos e a casa repleta de livros foram marcos importantes na sua formação.

Antes de se entregar ao mundo das letras, iniciou a faculdade de Geografia e dedicou-se à pintura num curso que fez no Museu de Arte Moderna no Rio. Formou-se em Letras pela Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e fez doutorado na Sorbonne, em Paris. Orientada por Roland Barthes, a tese de doutoramento versou sobre o papel dos nomes próprios nas obras de Guimarães Rosa. Organizada sob a forma de livro, a tese foi a primeira publicação da escritora em 1976 com o título de *Recado do nome*.

Nos anos de 1970, Ana Maria Machado era uma das principais figuras da revista *Recreio* que teve participação efetiva na mudança do tratamento dado aos textos infantis, numa continuidade à proposta lobatiana. Em 1977, publica sua primeira obra para o público infantil: *Bento que bento é o frade*.

A escritora já foi professora, jornalista, dona da livraria Malasartes, fez até programa de rádio, e hoje vive da e para a literatura. Além da criação de textos, também fez traduções e adaptações de livros de grandes escritores mundiais. A produção de textos que o público infantil também pode ler foi a origem da fama dessa escritora.

A versatilidade da ocupante da cadeira de número 1 da Academia Brasileira de Letras desde 2003 revela-se também em seus oito romances e diversos textos críticos. Os prêmios multiplicam-se e retratam a qualidade literária não restrita à obra dita infanto-juvenil de Ana Maria Machado. Ainda assim, os organizadores do livro *Trança de histórias: a criação literária de Ana Maria Machado* (2004), coletânea de estudos sobre a escritora, destacam uma contradição:

Ao folhear as histórias e os dicionários mais conhecidos de literatura brasileira, não encontramos facilmente referências à sua obra. Por outro lado, percorrendo os *sites* de busca da internet, verificamos que há disponível cerca de uma centena de livros seus nas livrarias. Pode-se sempre alegar que sua literatura não é erudita ou pertence a um gênero ou subgênero considerado menor, voltado para o mercado, mas não se pode ignorar o fenômeno. (ANTUNES et al., 2004, p. 7)

Ciente dessas questões, a escritora continua produzindo, independentemente da classificação etária que se possa auferir às obras. Tal qual Raul, uma de suas personagens mais famosas, Ana não conseguiu manter-se omissa diante das imposições da ditadura militar e foi perseguida e, em 1969, exilou-se em Paris e depois em Londres. O protesto em relação ao poder imposto é uma constante nas obras da escritora que, em *Contra corrente: conversas sobre leitura e política* (1999), assume um posicionamento contestatório:

Sou mesmo contra a corrente. Contra toda e qualquer corrente, aliás. Contra os elos de ferro que formam cadeias e servem para impedir o movimento livre. E contra a correnteza que na água tenta nos levar para onde não queremos ir. No fundo, tenho lutado contra correntes a vida toda. E remado contra a corrente, na maioria das vezes. Quando as maiorias começam a virar uma avassaladora uniformidade de pensamento, tenho um especial prazer em imaginar como aquilo poderia ser diferente. (MACHADO, 1999, p. 7)